

**PROCESSO:** SMA nº 5204/2009  
**INTERESSADO:** CGR Jardinópolis Ltda.  
**MUNICÍPIO:** Jardinópolis  
**ASSUNTO:** Análise do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda – CGR - Jardinópolis

### 1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 051/11/TACR, elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – TACR, do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento acima referenciado.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa à ampliação do aterro atualmente em operação e de propriedade do interessado, licenciado para receber resíduos não perigosos Classe II, conforme a ABNT NBR 10004/2004 – Resíduos Sólidos - Classificação, e a implantação de duas novas Unidades de gerenciamento de resíduos: um aterro para resíduos perigosos Classe I, classificados conforme a norma anteriormente citada, e uma Unidade de armazenamento temporário e blendagem de resíduos industriais. A ampliação do aterro Classe II se dará tanto em área, quanto na capacidade diária de recebimento de resíduos, que passará de 104 para 200 t/dia. O aterro Classe I receberá 50 t/dia de resíduos e a Unidade de armazenamento temporário e blendagem, 1.000 t/mês.

### 2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba destinada à implantação do empreendimento possui área de 186.495,00 m<sup>2</sup> e situa-se a cerca de 10 km da área urbana do município de Jardinópolis. Está localizada na zona rural do município de Jardinópolis, com acesso pelas Rodovias Anhanguera (SP-330) e Salles de Oliveira-Jardinópolis (SP-328), cujo entorno predomina o cultivo de cana-de-açúcar, e afastada de núcleos populacionais.

A ampliação do aterro Classe II está prevista para ser desenvolvida em duas etapas, sendo a primeira a montante e a segunda a jusante, do aterro atual. A altura total do maciço será de aproximadamente 30 m, sendo a cota final da obra prevista em 664 m. Sua capacidade volumétrica é de 756.320 m<sup>3</sup> e a vida útil estimada em 12 anos. A concepção do aterro prevê todos os sistemas de proteção e controles ambientais para este tipo de atividade, tais como: drenagens de águas pluviais, sistemas de impermeabilização inferior, sistema de drenagem de líquidos percolados (na base e entre as camadas), com adequado tratamento e destinação final destes líquidos, drenagem de gases e cobertura diária dos resíduos com solo compactado.

O aterro Industrial para resíduos Classe I, perigosos, será constituído por cinco valas paralelas, com profundidade média de 5 m, em área contígua ao aterro Classe II, na região onde se verificam as cotas mais elevadas da gleba. Uma vez que as áreas de ampliação do aterro Classe II e a área de implantação do aterro Classe I são contíguas, está previsto controle de acesso interno e isolamento com barreira vegetal entre os aterros.

Para o empreendimento foram previstos: sistema de isolamento com cerca e barreira vegetal, vigilância permanente, instalações de apoio e vias internas de acesso. Conforme descrito no EIA são, ainda, previstos: Programa de Recomposição Vegetal; Plano de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas; Plano de Manutenção de Máquinas e Equipamentos; Plano de Contingência e Emergência; Plano de Controle Ambiental do Canteiro de Obras; Plano de Monitoramento da Emissão de Gases; Plano de Monitoramento Geotécnico do Maciço; Plano de Manejo da Fauna Local; Programa de Prospeção e Resgate do Patrimônio Arqueológico.

### 3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como, as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer 051/11/TACR são apresentados a seguir:

### 3.1 Fase de planejamento

**Atendimento aos Aspectos Legais** - foram apresentados os documentos relativos ao exame técnico e Certidão de Uso do Solo do Município, conforme artigos 5º e 10º da resolução CONAMA nº 237/97, indicando que a Prefeitura delega ao Estado o licenciamento e não se opõe à implantação do empreendimento na área proposta.

**Expectativas da população** - a divulgação das informações sobre a implantação do empreendimento pode causar dúvidas e inseguranças sobre eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Ainda podem surgir expectativas sobre a geração de empregos. Para mitigação desse impacto deverão ser implementados um Plano de Comunicação e Participação Social, proposto pelo empreendedor e o Programa de Capacitação da Mão de Obra, solicitado por este Departamento.

### 3.2 Fase de instalação

**Supressão de vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente - APPs** - para a implantação do empreendimento não está prevista a supressão de vegetação nativa e nem intervenção em Área de Preservação Permanente, uma vez que a área é hoje ocupada por cultivo de cana-de-açúcar. No entanto, o empreendedor deverá atender as considerações elaboradas pela Agência Ambiental de Ribeirão Preto, quanto ao Programa de Paisagismo da área e da Reserva Legal existente.

**Interferências em Patrimônio Arqueológico** - a área de implantação do empreendimento possui potencial arqueológico e foi objeto do Parecer Técnico nº 112/10 9ºSE/IPHAN/SP emitido pelo IPHAN, favorável à emissão da LP. Para a fase da LI o empreendedor deverá apresentar manifestação do IPHAN, quanto ao Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico solicitado pelo IPHAN.

### 3.3 Fase de instalação/operação

**Intensificação dos Processos de Dinâmica Superficial** – para a implantação do empreendimento está prevista escavação de 279.200 m³ de solo, dos quais 249.080 m³ serão utilizados no próprio empreendimento. Para mitigar os potenciais fenômenos de erosão e assoreamento das nas áreas expostas do empreendimento e nos depósitos de solo, o empreendedor deverá implementar um Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, além de um Programa de Controle Ambiental das Obras, a serem detalhados na fase de solicitação da Licença de Instalação.

**Risco de acidentes e incômodos à população** - devido à presença e movimentação de veículos pesados, tais como caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras e veículos coletores nas vias de acesso principal (SP-330 e SP- 328) e local (via vicinal), durante a instalação e operação de empreendimentos desta tipologia, poderão ocorrer incômodos à população, tais como tráfego intenso, geração de poeira e espalhamento de lama, além de alterações no nível de ruído, na área de influência. Tais incômodos serão devidamente mitigados com a execução de melhorias na via vicinal de acesso local ao empreendimento, que foi proposto pelo empreendedor e a implementação dos Programas de Minimização de Incômodos e de Minimização de Riscos de Acidentes e de Segurança no Trânsito solicitados por este Departamento.

### 3.4 Fase de operação

**Potencial contaminação do solo, águas superficiais e subterrâneas** - trata-se do impacto potencial de maior significância de um aterro sanitário, que é mitigável com a implantação de um projeto de

engenharia. Portanto, visando mitigar esse potencial impacto, o empreendedor deverá apresentar para a fase de LI o detalhamento dos sistemas de impermeabilização inferior, drenagem das águas pluviais, drenagem dos gases, drenagem de líquidos percolados, bem como seu armazenamento, tratamento e destinação final. Deverá ainda implementar um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas, solicitado por este Departamento.

**Instabilização do Maciço de Resíduos** - para monitorar as condições de estabilidade do maciço sanitário foram propostos a instalação de instrumentos, para acompanhamento do comportamento geotécnico do maciço, e a implementação de um Programa de Monitoramento Geotécnico do Aterro proposto pelo empreendedor.

**Geração e emissão de substâncias odoríferas** - durante a operação do empreendimento poderão ocorrer eventuais episódios de exalação de odores decorrentes do processo de decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos. Para mitigar esse potencial impacto o empreendedor propôs manutenção e incremento de barreira vegetal; recobrimento diário dos resíduos; captação e queima do biogás. Foi solicitada por este Departamento a implementação de um Programa de Controle e Minimização de Odores, que inclui a queima de gases expelidos pelo aterro.

**Atração de Reservatórios e Vetores** - o recebimento de resíduos em aterros sanitários, principalmente nas frentes de trabalho antes do aterramento dos mesmos, poderá atrair reservatórios e vetores de doenças. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a adequada operação do empreendimento e a adoção de medidas mitigadoras já propostas, e a implementação do Programa de Controle de Reservatórios e Vetores de Doenças, solicitado por este Departamento.

### 3.5 Fase de encerramento

**Impactos da fase de Encerramento** - quando do encerramento das atividades do Aterro, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, dentre outros. O empreendedor apresentou uma proposta de encerramento, a qual deverá ser detalhada em um Plano de Desativação e proposta de uso futuro, antes do término das atividades no local.

## 4. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A área de ampliação do empreendimento não possui Unidades de Conservação – UCs das categorias de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos termos da Lei 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. No entanto, a Câmara de Compensação Ambiental – CCA da Secretaria do Meio Ambiente – SMA apreciará e definirá a aplicação dos recursos advindos da Compensação Ambiental do licenciamento do empreendimento em referência.

## 5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico 051/11/TACR. Nestes termos, o TA submete ao CONSEMA a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Ampliação da Central de Gerenciamento de Resíduos - CGR, no município de Jardinópolis, de responsabilidade CGR Jardinópolis Ltda..

São Paulo, 13 de abril de 2011.

**ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO**

**Eng. Civ./Amb. Maria Silvia Romitelli**

Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental  
Reg. 4755; CREA 62.252/D